

Kant: Reprodução e esquema

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as relações entre a síntese da reprodução na imaginação e o esquematismo. Sabe-se que a síntese da reprodução pode ser tomada, segundo Kant, como sendo a própria imaginação transcendental. Se nós temos, portanto, a imaginação transcendental como fonte do esquema, é preciso compreender como se dá a relação entre o esquema e a síntese.

Palavras-chave: síntese; esquema; imaginação; reprodução.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the relation between the synthesis of reproduction in imagination and the schematism. It is known that the synthesis of reproduction, according to Kant, can be considered as the transcendental imagination itself. Hence, if we take the transcendental imagination as the source of the schema, it is necessary to understand how the relation between the schema and the synthesis takes place.

Key words: synthesis; schemas; imagination; reproduction.

A reprodução

Na Dedução Transcendental da primeira edição de 1781, a síntese da reprodução tem um lugar bem específico na exposição que Kant faz dos três modos da síntese da imaginação. Ali, na verdade, Kant menciona dois modos de se compreender a reprodução da imaginação. Em primeiro lugar, é claro, Kant afirma que a síntese da reprodução é

[...] uma lei simplesmente empírica, aquela, segundo a qual, representações que frequentemente se têm sucedido ou acompanhado, acabam, finalmente, por se associar entre si, estabelecendo assim, uma ligação tal que, mesmo sem a presença do objeto, uma dessas representações faz passar o espírito à outra representação, segundo uma regra constante. (KANT, 1997, A100).

Esta lei empírica deve pressupor, porém, certas regras sob as quais os fenômenos estejam submetidos, regras que devem ser buscadas a priori:

Deve portanto haver qualquer coisa que torne possível esta reprodução dos fenômenos, servindo de princípio a priori a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos. (KANT, 1997, A101).

Ou seja, para que as representações possam, se suceder ou acompanhar umas as outras, é preciso que haja, anteriormente a elas, a representação das condições de possibilidade pelas quais isto é possível.

A síntese da apreensão fornece, dado um objeto, as representações puras do espaço e do tempo e neste sentido, cabe dizer agora, que a síntese da reprodução é a regra pela qual estas representações puras da sensibilidade podem ser ligadas umas as outras em uma linha de sucesso. É modo pelo qual um objeto é trazido de volta à presença dos «olhos do espírito» (ARENDT, 1993, p. 88), ainda que ele próprio esteja distante no tempo.

Não apenas a cor do cinábrio, nem seu peso, mas também, e sobretudo, aquelas condições puras da intuição, ou seja, as próprias representações do espaço e do tempo. Devido a esta característica da reprodução, se suas

regras podem ser praticadas a priori, então a síntese da reprodução também deve pertencer “aos atos transcendentais do espírito (Gemüth)” (KANT, 1997, A102). Ou seja, se se trata igualmente de um ato transcendental, isto significa que a síntese da reprodução também deve ser tomada como uma condição de possibilidade. Mas condição de quê? Heidegger faz questões semelhantes:

Mas não se considera que a imaginação pura é essencialmente produtiva? Como então pode lhe pertencer uma síntese reprodutiva? Mas não equivale reprodução pura a reprodução produtiva, isto é, a um disparate do tipo um terço de madeira? Mas a reprodução pura é realmente um reproduzir produtivo? (HEIDEGGER, 1996, p. 156).

Do espaço ao tempo

Para tentar responder o mais satisfatoriamente possível estas questões é preciso observar inicialmente, que a síntese da apreensão é a síntese que produz as representações do espaço e do tempo, sendo por seu intermédio que as formas puras da intuição encontram sua exposição doutrinária na Estética Transcendental, sobretudo na exposição *Metafísica*. Mas nesta exposição, tanto o espaço, quanto o tempo, possuem uma grandeza infinita dada. Esta infinitude encontra sua limitação justamente pelo fenômeno dado «em um certo espaço e um certo tempo» (DELEUZE, 1963, p. 20), cuja forma pura e limitada é a sinopse, que, sob o ponto de vista transcendental, não é outra coisa senão uma parte do espaço e uma parte do tempo: A síntese assim definida não incide somente sobre a diversidade tal como aparece no espaço e no tempo, mas sobre a diversidade do espaço e tempo em si mesmos. (DELEUZE, 1963, p. 20).

Com a síntese da reprodução, a parte do espaço e do tempo constituída na primeira síntese, é deslocada de seu ponto inicial, independentemente das condições empíricas dadas inicialmente. Esse deslocamento configura, na reprodução, o próprio caráter do tempo: se na apreensão existe, pela sinopse, uma forma do espaço que se apresenta como figura ou uma posição, na reprodução existe, de modo independente do sentido externo, a formação do tempo como sentido interno.

O espaço é um sentido subjetivo para fora, uma direção para fora. Com o tempo, o que ocorre é algo semelhante, porém sua direção não é voltada para fora, mas para o interior, para outro tipo de *atenção da alma*, como diria Agostinho:

Isso porque, desaparecida a figura corporal que atuava sobre o sentido corporal, permanece na memória uma imagem desse objeto, imagem essa que pode levar a vontade a voltar-se novamente a ela com o olhar da alma. A informação passa-se assim para o interior, tal como do exterior o sentido era informado mediante o objeto sensível. (AGOSTINHO, 1994, p. 343).

No caso de Kant, é claro, tomando o ponto de vista das condições puras de possibilidade, aquela sinopse que engloba em uma única *atenção* um aqui/ agora é retomada apenas em seu *agora*, *informando* o sentido interno com o próprio tempo. É a sinopse, portanto, que é retomada: “so é sucessiva a síntese das diversas partes pela qual apreendemos o espaço, só esta se produz no tempo e contém uma síntese” (KANT, 1997, B439). Mas este tempo, cuja direção é para o interior, também é fruto de uma síntese, mas realizada de tal maneira que o espaço, antes ligado ao tempo pelo aqui/ presente, pelo aqui/ agora, é dispensado para dar lugar a esta direção interna do tempo. A síntese da reprodução é, tal como a apreensão, uma síntese que concerne à sensibilidade, mas de modo que ela mantém unidas as representações do espaço e do tempo independentemente do objeto intuído, pelo que o espaço no qual o objeto foi apreendido torna-se apenas uma referência que dá suporte à reprodução temporal:

Se deixasse sempre escapar do pensamento as representações precedentes (as primeiras partes da linha, as partes precedentes do tempo ou as unidades representadas sucessivamente) e não as reproduzisse à medida que passo às seguintes, não poderia jamais reproduzir-se nenhuma representação completa, nem, nenhum dos pensamentos mencionados precedentemente, nem mesmo as representações fundamentais, mais puras e primeiras, do espaço e do tempo. (KANT, 1997, A102).

É numa passagem da Crítica do Juízo, no §27, Kant retoma igualmente a relação entre o espaço e o tempo e a imaginação. Diz Kant primeiramente:

A medida de um espaço (enquanto apreensão [*Auffassung*]) é simultaneamente a sua própria condição, portanto, é um **movimento objetivo** na imaginação e um progresso (*Progressus*). (KANT, 2006, p. 125).

E logo abaixo afirma:

a compreensão (*Zusammenfassung*) da pluralidade na unidade **não do pensamento, mas da intuição, portanto daquilo que é sucessivamente apreendido em um instante**, é, ao contrário, um regresso (*Regressus*), que anula novamente a condição temporal no progresso da imaginação e torna intuível a simultaneidade. Ela é, pois (já que a série temporal é uma condição do sentido interno e uma intuição), um movimento subjetivo da imaginação. (KANT, 2006, p. 125).

Ou seja, enquanto na apreensão, o espaço é percorrido de parte a parte, em um progresso na imaginação, na reprodução, aquilo que é sucessivamente apreendido em um instante é sempre retomado a partir de um momento presente em direção ao que foi dado anteriormente, constituindo assim a série temporal, na imaginação, sendo que a síntese realiza esta ligação entre os dois momentos do tempo. Desse modo, o alcance da síntese da reprodução se estende de um momento específico do tempo, até aquele momento no passado em que o tempo estava necessariamente ligado ao espaço pela síntese da apreensão (KANT, 1997, A102). Como diz Hannah Arendt:

Convertendo o que nossos sentidos externos perceberam em um objeto para os sentidos internos, comprimimos e condensamos a multiplicidade dos dados sensíveis; estamos em posição de ver com os olhos do espírito. (ARENDET, 1993, p. 88).

Temos assim, por parte da imaginação, uma síntese da reprodução cujo resultado é a representação do tempo:

Com efeito, o tempo, que é a forma de toda representação, não pode exercer sua função de intuição senão sob a condição da síntese reprodutiva. (HAVET, 1947, p. 29).

O conceito de imaginação

Ora, o próprio conceito de imaginação, como faculdade que pode intuir sem a presença do objeto, é assim amparado por esta síntese que tem justamente como tarefa trazer o objeto intuído de volta à presença. Ou ainda, mais importante, aplicada a priori, a síntese da reprodução reúne o tempo passado ao tempo que lhe é presente, pelo que a imaginação se torna não apenas uma faculdade que traz ao presente uma imagem do passado, mas também uma faculdade que reinstaura, pela síntese reprodutiva, a própria reprodução do tempo como sucessividade. A síntese da apreensão era também a apreensão do tempo, mas voltada para a consciência imediata de um fenômeno dado no espaço. Eram vários espaços, cada um deles em vários *agoras*, percorridos pela síntese. Agora, a síntese da reprodução na imaginação percorre também a série de fenômenos dados em um tempo, mas sem descartar os que já lhe estão ausentes:

É evidente que se quero traçar uma linha em pensamento, ou pensar o tempo de um meio dia a outro, ou apenas representá-lo me um certo número, devo em primeiro lugar conceber necessariamente, uma a uma, no meu pensamento, estas diversas representações. (KANT, 1997, A102).

Neste sentido, a síntese da reprodução na imaginação usa sua função transcendental para fundar a própria faculdade da imaginação enquanto esta tem por princípio a associação, ou a síntese do diverso (KANT, 1997, A94). Na verdade, esta fundação permitirá mesmo que a síntese da reprodução seja identificada com a própria imaginação transcendental: «a síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito (Gemüt) e, em vista disso, designaremos também esta faculdade por faculdade transcendental da imaginação. (KANT, 1997, A102).

A afinidade

Para que a passagem de uma imagem à outra – ou ainda, de uma representação do tempo à outra – seja um ato ordenado, exige-se um princípio que a governe e que corresponda à síntese da reprodução. É o princípio da *afinidade* de que permite, não apenas a passagem de um objeto a outro no tempo com a conservação do primeiro, mas também a relação destes objetos entre si permitindo assim a apreensão de um todo, não pela exatidão das apreensões, mas por uma marca que é característica de cada imagem. Na Dedução da Primeira Edição, Kant evoca o princípio da afinidade como um

[...] princípio objetivo, isto é, captável a priori, anteriormente a todas as leis empíricas da imaginação sobre o qual repousam a possibilidade e mesmo a necessidade de uma lei extensiva a todos os fenômenos, que consiste em tê-los a todos como dados dos sentidos, suscetíveis de se associarem entre si e sujeitos as regras universais de uma ligação completa na reprodução. (KANT, 1997, A122).

Caso não houvesse tal princípio que fundamentasse a reprodução na imaginação haveria uma

[...] multidão de percepções e mesmo toda uma sensibilidade, onde muitas consciências empíricas se encontrariam no meu espírito, mas separadas sem que pertencessem a uma consciência única de mim próprio, o que é impossível. (KANT, 1997, A122).

Então temos que a síntese da reprodução é a própria faculdade da imaginação que se desdobra de um lado em um tipo de apreensão do sensível e de outro, na instituição de uma regra pela qual essa apreensão é possível, mediante um princípio de afinidade. Como diz Kant:

Ainda que pareça estranho, resulta claro do precedente, que apenas mediante esta função transcendental da imaginação se tornam mesmo possíveis a afinidade dos

fenômenos, com ela a associação e, por esta última, finalmente, a reprodução segundo leis, por consequente, a própria experiência, porque sem ela não haveria jamais nenhuma conceitos de objetos na experiência. (KANT, 1997, A123).

A segunda analogia

Para exemplificar de maneira mais específica a relação que os esquemas possuem com a síntese da reprodução, é interessante tomar como medida, dentre os princípios do entendimento, a segunda analogia da experiência. Ela estabelece a própria relação de causa e efeito. Diz Kant: "todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito" (KANT, 1997, B232); e: "tudo o que acontece (começa a ser) supõe alguma coisa que sucede, segundo uma regra" (KANT, 1997, A189). Se tudo tem uma causa então toda a determinação de um fenômeno é precedida por outra. Não há nada no objeto que permita julgar um efeito, mas como este relacioná-lo, então, segue-se que posso ter um certo efeito, que no âmbito da experiência não possui relação alguma com sua causa, mas têm relação em uma síntese originária *a priori* que a determina no tempo. O exemplo de Kant é mais esclarecedor:

Se considerar causa uma esfera pousada numa tábua almoçada, onde deixa uma pequena concavidade, a causa é simultânea com o efeito. Contudo, distinguo-os um do outro pela relação de tempo, que há na ligação dinâmica de ambos. Pois, quando pouse a esfera na almoçada, produz-se a concavidade na superfície anteriormente lisa; se, porém, a almoçada tiver já uma concavidade (proveniente não se sabe de quê) não se segue que seja devida a uma bola de chumbo. (KANT, 1997, B248).

É possível estabelecer aqui uma ligação com as sínteses da imaginação, notadamente, com a síntese da reprodução:

Percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, isto é, que há um estado de coisas em certo tempo, enquanto havia

o seu contrário no estado precedente. Na verdade, logo duas percepções no tempo. Ora, a ligação não é obra do simples sentido e da intuição, mas é aqui o produto de uma faculdade sintética da imaginação, que determina o sentido interno, no referente à relação de tempo. A imaginação, porém, pode ligar os dois estados de duas maneiras, conforme de precedência a um ou a outro no tempo, porque o tempo não pode ser percebido em si mesmo, mas é em relação a ele que se pode determinar no objeto, mas os menos empiricamente, o que precede e o que se segue. Portanto, tenho apenas consciência de que a minha imaginação situa um antes e outro depois, e não que no objeto um estado preceda o outro. (KANT, 1997, B233).

Ora, os fenômenos apreendidos podem ser reproduzidos indefinidamente sem que a presença deles na experiência seja necessária, e não apenas isso, é pela reprodução que o próprio caráter do sentido interno do tempo é constituído. É a síntese da reprodução que lhe os estados de precedência do modo que lhe aprouver, porque as relações entre os fenômenos na reprodução não se fundam mais na apreensão do fenômeno, ou pelo menos, não dependem dele para inferir daí uma relação qualquer *necessária* no passado:

Porque nenhum fenômeno retorna de um momento seguinte ao precedente, embora se relacione com um momento qualquer antecedente; de um tempo dado, pelo contrário, há uma progressão necessária para um tempo posterior determinado. Assim, visto que há algo que sucede, tenho de o relacionar, necessariamente, a alguma outra coisa em geral que preceda, e à qual siga necessariamente, isto é, segundo uma regra, de modo que o acontecimento, remete seguramente para alguma condição, que determina o acontecimento. (KANT, 1997, B239).

Lembrando o que já foi visto na parte sobre a síntese da reprodução, a reprodução de um fenômeno independe da presença mesmo deste fenômeno, muito embora o espaço do aqui/agora da apreensão sirva como referência

no passado. É para que o cinábrio tenha sempre a mesma cor e o mesmo peso é preciso que haja uma regra que relacione aquilo que se apre-senta agora como imagem com a apreensão do cinábrio que permanece no passado:

Portanto, converto sempre em objetiva a minha síntese subjetiva (da apreensão), pela referência a uma regra, segundo a qual os fenômenos, na sua sucessão, isto é, tal como acontecem, são determinados pelo estado anterior, e unicamente com esse pressuposta é possível a experiência de algo que acontece. (KANT, 1997, B240).

E em outra passagem diz Kant:

[...] a prova deste princípio assenta unicamente nos momentos seguintes: todo o conhecimento empírico requer a síntese do diverso pela imaginação, a qual é sempre sucessiva; isto é, as representações sempre nela se sucedem umas às outras. A seqüência, porém, não é de modo algum determinada na imaginação, quanto à ordem (quanto ao que deva preceder e quanto ao que deva seguir) e a série das representações sucessivas tanto pode ser considerada de trás para diante como de diante para trás. (KANT, 1997, B246).

Se não é mais a apreensão que funda a relação entre a causa e o efeito, então esta relação só pode ser encontrada justamente na síntese da reprodução, que dá ao tempo a constituição da sucessividade que lhe é própria.

O esquematismo

Mas a maneira específica pela qual os objetos são trazidos aos *olhos do espírito*, ou ainda, o modo pelo qual os diversos tempos podem ser ligados em afinidade, numa ordem sucessiva, sendo determinados finalmente por um conceito, exige da imaginação, para usar algumas palavras de Goethe, algo como uma linguagem própria. Pode se dizer que a imaginação

[...] inventa para si um modo, cria para si mesmo uma linguagem, a fim de expres-

sar novamente a seu modo o que a alma apreendeu, a fim de dar uma forma própria, designadora, a um objeto que ela retomou várias vezes, sem com isso, quando o retoma, ter a natureza mesma diante de si e sem também lembrar dela inteira e imensamente. (GOETHE, 2005, p. 64).

Essa invenção da imaginação, esta «linguagem», é o que possibilita a passagem que a reprodução faz entre um fenômeno e outro, sem que eles se percam em uma sensibilidade desregrada, de modo que o resultado desta regulamentação possa ser subsumido a um conceito. Em Kant, essa «linguagem» é o esquema, que deve ser puro, porém intelectual de um lado e sensível de outro:

É algo para além ou entre pensamento e sensibilidade; pertence ao pensamento na medida em que é externamente insensível, e pertence à sensibilidade na medida em que é algo como uma imagem. (ARENDT, 1993, p. 104).

É através do *esquema* que a imaginação fornece, não apenas a imagem de um objeto que já não se encontra mais presente, mas principalmente, é pelo esquema que a imaginação pode *corripor* com imagens que não precisam se referir imediatamente a quaisquer objetos dados numa experiência, mas que podem ser constantemente apreendidos e eles mesmos reproduzidos na imaginação ou, dizendo com Höffe: "os esquemas transcendentais se baseiam na forma pura da intuição da temporalidade, na simples sucessão" (HÖFFE, 2005, p. 116). É pelo esquema que a imaginação permite que o diverso dado na intuição seja ordenado no tempo e subsumido a um conceito, pois a doutrina do esquematismo é justamente a parte que trata «da condição sensível, a única que permite o uso dos conceitos do entendimento» (KANT, 1997, B175). Ou ainda, é o esquema que serve de fundamento para a relação estipulada pelo princípio de causa e efeito, estabelecendo a linguagem que será usada para considerar a «série das representações sucessivas», seja como um *Progressus*, seja como um *Regressus*.

Deve-se observar aqui também, que as condições sensíveis das quais trata o esquema-

tismo, já não são as mesmas da simples apreensão sensível. Sem a síntese da reprodução não seria possível passar de uma imagem à outra, mas também – daí a segunda função da imaginação – não seria possível organizar no sensível, pelo esquema, as imagens apreendidas inicialmente, de modo que elas possam ser subsumidas aos conceitos do entendimento. Como diz Deleuze: “O esquema supõe a síntese” (DELEUZE, 1963, p. 25).

Esta organização, esta esquematização, consiste na comparação de diferentes imagens apreendidas (ainda que a diferença seja apenas temporal) e selecionar nestas imagens aquilo que, em cada uma delas, se considera uma homogeneidade entre as partes distintas, como no exemplo de Höffe:

Uma imagem mostra, por exemplo, o são-bernardo de um amigo, mas não aquilo que vale ao mesmo tempo para todos os são-bernardos e, além disso para todas as outras raças, misturas e idades de cachorros, e que permite chamar de cão tanto o novelo de lá de quatro pés no jardim quanto o ladrador do vizinho. (HÖFFE, 2005, p. 113).

O esquema permite, portanto, «preender o que é característico nos objetos e expressá-lo de modo captável» (GOETHE, 2005, p. 68), servindo de elo intermediário entre uma sensibilidade expressa na temporalidade constituída sinteticamente pela reprodução, e a categoria que não subsume todas as imagens, mas apenas aquilo que delas é homogêneo.

Se eu digo: esta mesa, é como se a intuição dissesse: esta é o entendimento completamente: mesa. Esta relaciona-se apenas com esse item específico: mesa; o identifica e torna o objeto comunicável (ARENDT, 1993, p. 102).

A comunicabilidade do objeto só é possível assim, por esta linguagem esquemática que identifica, em uma multiplicidade dada numa intuição, uma certa homogeneidade entre as formas, que se torna então o conteúdo de um conceito. Se eu digo «mesa», é um conceito que vale para qualquer mesa já seja uma mesa empiricamente qualquer mesa; já seja uma mesa em particular. O esquema é portanto o que permite a passagem do que é sensível (produzido

pela imaginação) para o intelectual, ou seja, é a condição de possibilidade que um conceito seja aplicado a um fenômeno dado:

Desse modo os conceitos recebem uma sensibilização especial e ganham uma inevitável capacidade cognitiva e interpretativa (MARQUES, 2003, p. 154).

Por meio do esquema “as intuições são adaptadas a conceitos e estes adaptados a intuições” (HÖFFE, 2005, p. 113). Fazendo uso novamente de uma passagem de Goethe, talvez seja possível compreender o que é esta adaptação:

Vemos que esta espécie de imitação é aplicada mais habilmente a objetos que, em um todo maior, possuem muitos pequenos objetos subordinados. Estes últimos devem ser sacrificados, caso deva ser alcançada a expressão universal do objeto maior, como ocorre, por exemplo, em paisagens, nas quais perderíamos inteiramente o propósito caso quiséssemos nos deter ansiosamente no que é singular e não determinar o conceito do todo (GOETHE, 2005, p. 65).

A paisagem da multiplicidade é simplificada pelo esquema, que facilita ao conceito a sua universalidade. É esta homogeneidade, este princípio associativo puro, representado pelo esquema transcendental, que tornará possível a aplicação dos conceitos, e todo o resto – «os pequenos objetos subordinados», como diria Goethe – é «sacrificado». Assim, estruturando adequadamente a realidade concreta da vida em sua variedade multicolor conforme aos conceitos e às regras apreendidas» (HÖFFE, 2005, 113), o esquema é organização de uma combinação de imagens reproduzíveis, na qual prevalece aquilo que destas imagens – ou ainda, e o que é mais importante, aquilo que das *sinopses sucessivas puras, ou seja, dos vários tempos sucessivos* – é homogêneo, sem que este homogêneo mesmo seja outra imagem, ou a própria representação do tempo. Ao contrário, estas características homogêneas é que se tornarão os conteúdos dos conceitos, e mais do que isso, são estes pedaços de tempo, estes momentos essenciais de uma temporalidade esquematizada é que se tornarão de fato os conteúdos relacionáveis das categorias.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, S. *A trindade*. São Paulo: Paulus, 1994.
- ARENDT, H. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- DELEUZE, G. *La philosophie critique de Kant*. PUF: Paris, 1963.
- GOETHE, J.W. *Imitação simples da natureza, maneira, estilo*. In: *Escritos sobre arte*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- HAVET, J. *Kant et le probleme du temps*. Paris: Gallimard, 1947.
- HEIDEGGER, M. *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2006.
- MARQUES, A. *A filosofia perspectivista de Nietzsche*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

Recebido em 03/03/2009
Aceito em 07/06/2009